



CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da 35ª reunião, realizada em 17 de outubro de 2011

1 Em 17 de outubro de 2011, reuniu-se a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente Paula Meireles
5 Aguiar / Evilânia Alfenas Moreira e Carlos Alberto Santos Oliveira – representantes dos
6 usuários de recursos hídricos; Rogério de Oliveira Sepulveda – representante de entidade
7 da sociedade civil ligada aos recursos hídricos; Amarildo José Brumano Kalil –
8 representante do poder público estadual; Valéria de Fátima Malta – representante do
9 poder público municipal. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** A presidente Paula
10 Meireles Aguiar declarou aberta a 35ª reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal.
11 **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **3)**
12 **MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH/MG QUE REGULAMENTA**
13 **O ARTIGO 3º DO DECRETO ESTADUAL Nº 45.230, DE 3 DE DEZEMBRO DE**
14 **2009, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E**
15 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO**
16 **ESTADO DE MINAS GERAIS (FHIDRO). Apresentação: conselheiro Rogério de**
17 **Oliveira Sepulveda, coordenador do Grupo de Trabalho.** A Câmara Técnica
18 Institucional e Legal aprovou por unanimidade a minuta de Deliberação Normativa
19 CERH/MG que regulamenta o artigo 3º do Decreto Estadual nº 45.230, de 3 de
20 dezembro de 2009, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e
21 Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais
22 (Fhidro), nos termos apresentados pelo Grupo de Trabalho, com as modificações e
23 recomendações deliberadas nesta sessão, conforme descritas a seguir: – No Anexo 1, o
24 prazo para encaminhamento do relatório de atividades desenvolvidas no ano de
25 competência (1º de janeiro a 31 de dezembro) será até 1º de fevereiro. Esta alteração foi
26 aprovada por voto de maioria, com voto contrário da presidente Paula Meireles Aguiar; –
27 No Artigo 3º, nova redação para o inciso III: “Avaliar e propor, a cada 2 (dois) anos,
28 melhoria nos critérios de avaliação de desempenho definidos por esta deliberação.”; –
29 No Artigo 4º, substituir a expressão “indicadores de desempenho” por “critérios de
30 avaliação de desempenho”; – No Artigo 5º, alteração no Caput, devendo ser explicitado
31 que o percentual de repasse é “até 7,5%”; – Aprovada, ainda, nova redação para o
32 Parágrafo Único: “Os comitês que obtiverem nota total inferior a 60 (sessenta) pontos
33 poderão participar da divisão dos 70% dos recursos previstos no Caput deste artigo,
34 mediante Termo de Compromisso firmado entre a diretoria do comitê e o IGAM, e após
35 a avaliação de cada situação, apresentados as justificativas e o parecer técnico favorável

36 do IGAM, submetido à aprovação da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) de
37 forma definitiva.” – Aprovadas, ainda, as seguintes alterações de forma: - substituir a
38 palavra “contribuirão” pela expressão “deverão contribuir”; - substituir a expressão
39 “aperfeiçoamento da gestão” por “aprimoramento da gestão”. **Recomendações**
40 **aprovadas pela Câmara Técnica Institucional e Legal.** 1) Que o CERH recomende ao
41 secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para que a
42 SEMAD atue no sentido de dar segurança jurídica e institucional aos Comitês de Bacias,
43 para que possam desenvolver as suas atividades em atendimento à legislação, que os
44 convênios sejam firmados dentro dos prazos estabelecidos e as renovações sejam
45 realizadas; 2) Que o CERH estabeleça que o exercício civil para o relatório de atividades
46 dos Comitês de Bacias seja de 1º de janeiro a 31 de dezembro. 3) Que o IGAM avalie,
47 caso a caso, a situação dos convênios não assinados e dos não renovados e a situação de
48 cada comitê, para a exigência desta Deliberação Normativa e de outras questões; e que
49 estructure os comitês para o atendimento às determinações desta Deliberação Normativa.
50 4) Que o CERH, no momento de estabelecer o início da vigência desta Deliberação
51 Normativa, considere também o momento atual em que estará sendo deliberado e a
52 situação dos comitês na época. 5) Recomendação ao CERH para que sejam adotados os
53 resultados desta Deliberação Normativa, juntamente com outros critérios, visando
54 embasar a distribuição dos recursos do Fhidro para as bacias. E que seja criado um
55 Grupo de Trabalho ou mantido o atual para realizar esse trabalho de definição dos
56 critérios. 6) Que o CERH volte a exigir, nas reuniões do Plenário, a apresentação
57 periódica dos relatórios de atividades dos Comitês de Bacias. **4) ASSUNTOS GERAIS.**
58 **Eleições nas Câmaras Técnicas.** O conselheiro Rogério de Oliveira Sepulveda e a
59 presidente Paula Meireles Aguiar reiteraram solicitação ao IGAM para que dê agilidade
60 ao processo de eleições para renovação da composição das Câmaras Técnicas do CERH.
61 **Situação dos Comitês de Bacias em Minas Gerais.** Conselheiro Carlos Alberto Santos
62 Oliveira: “Não sei por que demorou tanto acontecer isso. Agora me preocupa saber que,
63 12 anos depois da criação do primeiro comitê, nós temos ainda a metade dos comitês
64 sem convênio e com convênios cancelados. Vejo aqui a preocupação em aprovar a DN, a
65 preocupação com os aspectos formais e com o cumprimento da pauta da reunião, mas eu
66 me preocupo porque estamos muito atrasados. É uma pena estarmos tão atrasados
67 assim.” Conselheiro Rogério de Oliveira Sepulveda: “No Brasil, fala-se que, em Minas
68 Gerais, os comitês têm cara de ONGs. Eu tenho falado sempre que não é um demérito,
69 porque funcionar sem recursos durante dez anos – não vou entrar na discussão se
70 funciona bem ou mal... em São Paulo os comitês são ditos chapa branca. O Estado de
71 São Paulo tem tanta segurança nos comitês que entrega o dinheiro todo para eles. É
72 porque são de confiança, são ditos comitês chapa branca. Mas cada Estado é de um jeito
73 e São Paulo tem a sua particularidade. Em Minas Gerais, ao depender de ONGs, acho
74 que estamos atrasados nesse aspecto. Imaginem se uma URC fosse depender de uma
75 ONG para funcionar. A Supram é uma espécie de Secretaria, está instalada, tem sede e
76 técnicos. E o comitê fica dependendo de uma ONG.”

77 Lilian Márcia Domingues de Resende, da Gerência de Apoio aos Comitês de Bacia
78 Hidrográfica, do IGAM: “A diferença principal é que o recurso do Fehidro, em sua
79 maioria, vem da cobrança pelo uso da água. Então, eles repassam o recurso para as
80 agências e para os comitês deliberarem a respeito. É mais ou menos o que vamos fazer
81 em Minas Gerais quando tivermos a cobrança implementada em todas as bacias. No
82 nosso caso, o Fhidro advém principalmente do repasse de áreas inundadas. Então, não é
83 possível tratar esse recurso da mesma forma. Em relação à evolução, como foi falado, os
84 comitês estão há dez anos sem recursos. Mas o IGAM vem atuando no sentido de
85 auxiliar na estruturação da sede dos comitês, através da cessão de uso de equipamentos,
86 da disponibilização de auxiliares administrativas da MGS e até mesmo repasse de
87 recursos orçamentários do próprio órgão. Outros Estados agora estão procurando Minas
88 Gerais para saber como estamos fazendo para repassar recursos do fundo aos comitês e a
89 situação de dificuldade se dá justamente por ser uma questão nova, que não há modelo
90 no Brasil para ver como funciona. Por outro lado, com as dificuldades estamos
91 aprimorando algo que é inovador. Já podemos ensinar a evitar erros e os próprios
92 comitês estão aprendendo a lidar com estes recursos. Então, por mais que tenha vindo 12
93 anos depois, é um avanço na gestão de recursos hídricos.” Conselheiro Carlos Alberto
94 Santos Oliveira: “Política pública é uma escolha e, em Minas Gerais, escolheu-se o
95 licenciamento ambiental, a descentralização do Sistema COPAM, em detrimento dos
96 Comitês de Bacia. É uma coisa muito clara. Cheguei, um dia, ao COPAM de Unaí e
97 fiquei procurando um lugar que eu imaginava modesto. Cheguei a um prédio no Centro
98 da cidade, com computadores, sala de reunião. Havia três ou quatro meses que estavam
99 instalados. Então, fez-se uma opção. Dizem que o Apolo Heringer brigou muito com o
100 secretário e com o governador porque foi uma escolha em detrimento dos comitês. Eu
101 também acho que foi uma escolha, de alguma forma, equivocada. Concedeu-se muitos
102 recursos para a implementação da política do comando e controle, do licenciamento
103 ambiental etc. E relegou-se os comitês a segundo plano. Tomara que tudo que tem sido
104 falado pelo IGAM se materialize algum dia.” **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
105 assuntos a serem tratados, a presidente Paula Meireles Aguiar agradeceu a presença de
106 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

108 –

109 **APROVAÇÃO DA ATA**

110 –

111

112

113 **Presidente Paula Meireles Aguiar**